

Projeto tramita há 2 anos

O novo texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, que substituirá a Lei 5.692 de 1971, está há mais de dois anos em idas e vindas no Congresso. No meio do ano passado, ficou pronto o primeiro substitutivo, do deputado Otávio Elisio, que teve como relator o deputado Jorge Hage, ambos do PSDB e que não foram reeleitos este ano. Este substitutivo foi fruto da análise de quase duas mil sugestões de educadores e entidades educacionais e de 978 emendas dos deputados.

Embora tenha sido aprovado nas comissões de Educação, Justiça e Finanças da legislatura passada, o texto

não chegou a ser votado e ficou na gaveta aguardando que os novos deputados eleitos tomassem posse este ano. Detalhando até mesmo a maneira como devem ser remunerados os professores, passando por regulamentação da educação de excepcionais e populações indígenas, o texto acabou sendo alvo de críticas da nova legislatura. Ao ser desengavetado, recebeu 1.263 emendas que foram analisadas pela nova relatora, a deputada Ângela Amin (PDS-SC). O resultado desta análise, que em nada enxugou a primeira versão do texto, é que está em debate no simpósio do Hotel Glória.